

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**AS EDUCADORAS DOS CMEI'S DA REGIÃO LESTE DE ARAUCÁRIA APONTAM  
AS DIFICULDADES NO TRABALHO COM CRIANÇAS INCLUÍDAS**

Monaliza Ehlke Ozório Haddad

PONTAL DO PARANÁ

2005

**MONALIZA EHLKE OZÓRIO HADDAD**

**AS EDUCADORAS DOS CMEI'S DA REGIÃO LESTE DE ARAUCÁRIA APONTAM  
AS DIFICULDADES NO TRABALHO COM CRIANÇAS INCLUÍDAS**

Trabalho apresentado à Universidade Federal do Paraná, como exigência para aprovação em Monografia do Curso de Especialização em Inclusão, Pós-Graduação - Latu Sensu, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Naura Nanci Muniz Santos.

**PONTAL DO PARANÁ**

**2005**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	03
1.1 OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	03
<b>2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, QUE EDUCAÇÃO É ESSA</b> .....	11
2.1 BREVE HISTÓRICO DO ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS .....	11
2.2 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
2.3 O SURGIMENTO DAS APAE'S - UMA ONG QUE DEU CERTO .....	17
2.4 A ESCOLA INCLUSIVA .....	18
2.5 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	26
2.6 A EDUCAÇÃO ESPECIAL DE ARAUCÁRIA: DA EDUCAÇÃO INFANTIL ATÉ A IDADE ADULTA.....	29
<b>3 SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E SITUACIONAL DE ARAUCÁRIA</b> .....	33
3.1 SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE ARAUCÁRIA .....	34
3.2 O ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS DE 00 A 06 ANOS NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA .....	38
3.3 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA.....	39
3.4 LOCALIZAÇÃO DOS CMEI'S NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA .....	40
3.5 RELAÇÃO NOMINAL DOS CMEI'S .....	41
3.6 GRÁFICO DAS CRIANÇAS INCLUÍDAS NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA NOS CMEI'S – PERÍODO JULHO DE 2004.....	43
3.7 DEMONSTRATIVO DA REGIÃO LESTE.....	44

3.8 PERFIL DE CADA UNIDADE REFERENTE A REGIÃO LESTE A QUAL FOI OBJETO DE ESTUDO DESTA PESQUISA.....	44
3.8.1 Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Alvorada.....	44
<b>3.8.1.1 Perfil da Clientela</b> .....	45
3.8.2 Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Iguazú.....	46
<b>3.8.2.1 Perfil da Clientela</b> .....	47
Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Planalto.....	48
<b>3.8.3.1 Perfil da Clientela</b> .....	48
3.8.4 Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Maranhão .....	50
<b>3.8.4.1 Perfil da Clientela</b> .....	50
3.8.5 Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Tindiquera.....	52
<b>3.8.5.1 Perfil da Clientela</b> .....	53
3.8.6 Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Jardim do Conhecimento .....	54
<b>3.8.6.1 Perfil da Clientela</b> .....	54
<b>4 PESQUISA DE CAMPO</b> .....	56
4.1 INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA A PESQUISA DE CAMPO .....	56
4.1.1 Instrumento de pesquisa para as educadoras e professoras.....	56
4.1.2 Instrumento de pesquisa para as coordenadoras .....	59
4.2 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....	60
4.2.1 Os dados obtidos com os formulários receberam um tratamento estatístico... ..	60
4.2.2 Os Dados obtidos em questões abertas estão sendo reproduzidos fielmente .....	62
<b>CONCLUSÃO</b> .....	63
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	65

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - CMEI Alvorada.....	46
Quadro 2 - CMEI Iguaçu.....	48
Quadro 3 - CMEI Planalto.....	49
Quadro 4 - CMEI Maranhão.....	52
Quadro 5 - CMEI Tindiquera.....	53
Quadro 6 - CMEI Jardim do Conhecimento.....	55
Quadro 7 - Turmas que possuem alunos incluídos.....	60
Quadro 8 - Participação dos alunos incluídos.....	61
Quadro 9 - Importância dos Assessoramentos.....	61
Quadro 10 - Como e a participação da família de alunos incluídos.....	61
Quadro 11 - Tempo que a criança incluída fica no CMEI.....	61
Quadro 12 - Estrutura Física do CMEI para Atendimento.....	62

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Araucária.....	39
Figura 2: Mapa de Araucária – Região Urbana.....	40
Figura 3: Alunos Incluídos no Município de Araucárias nos CMEI.'S .....	43
Figura 4: CMEI's Região Leste .....	44

## **LISTA DE SIGLAS**

APM's - Associação de Pais e Mestres.

CAEDA - Centro de Atendimento Especializado – Área Auditiva

CAEDV - Centro de Atendimento Especializado – Área Visual

CIAR - Centro Industrial de Araucária

CMEI's - Centros Municipais de Educação Infantil

CMAC's - Centros Municipais de Atendimento a Criança

EJA - Educação de Jovens e Adultos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

ONG - Organização Não Governamental

REPAR - Refinaria Presidente Getúlio Vargas

SMAS - Secretaria Municipal de Ação Social

SMED - Secretaria Municipal de Educação

PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

## INTRODUÇÃO

As reflexões sobre como oferecer oportunidades de atendimento educacional que prevejam as necessidades, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada aluno e principalmente o aluno com deficiência mental sustentaram o desejo de poder conhecer melhor os caminhos que devem ser percorridos para que com responsabilidade os educadores, construam o conhecimento desses alunos e insiram os no pleno desenvolvimento e exercício de cidadania.

O presente estudo tem como objetivo geral apresentar a inclusão de alunos como necessidades especiais.

Na elaboração do presente trabalho de pesquisa os assuntos foram organizados em capítulos.

O capítulo 1 discorrerá sobre a transição de responsabilidade dos Centros Municipais de Educação Infantil CMEI's da Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho SMAS para a Secretaria Municipal de Educação SMED (2002); também fará menção sobre o significado do cuidar e educar no processo de desenvolvimento da criança de 00 a 06 anos de idade que freqüentam os referidos CMEI's e alguns princípios e fundamentos norteadores do projeto de inclusão de pessoas com necessidades especiais.

O capítulo 2 apresentará um breve histórico sobre o atendimento das pessoas com necessidades especiais; alguns aspectos legais da educação especial, bem como a inclusão destes na educação.

O capítulo 3 terá como foco o trabalho realizado em Araucária, mais especificamente na Região LESTE, onde se encontram localizados 06 CMEI's de um total de 26 CMEI's. Para a realização desta investigação realizei pesquisa

quantitativa e qualitativa com questões abertas e fechadas. Em seguida será demonstrado o resultado da tabulação dos dados coletados, através de instrumentos próprios, referentes ao trabalho desenvolvido nos CMEI's junto as crianças com necessidades especiais, além de relato das famílias dessas crianças e educadoras.

No capítulo 4, será apresentada as considerações finais, onde tecerei comentários sobre a referida pesquisa, bem como a apresentação de algumas sugestões que poderão ser estudadas pela mantenedora dos CMEI's e pelas demais autoridades do município para colocá-las na medida do possível, em prática se assim entenderem.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1 OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Em Araucária até o ano de 2001, os Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's eram de responsabilidade da Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho – SMAS. No ano de 2002 deu-se a passagem desta responsabilidade para a Secretaria Municipal de Educação – SMED, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96.

Com o acompanhamento do Departamento de Educação Infantil no período de 2001 a 2004 através de assessoramentos e visitas *in loco* percebeu-se que as educadoras dos CMEI's da região Leste estão encontrando dificuldades na realização de um trabalho pedagógico que envolve o Educar e Cuidar com crianças incluídas. No município de Araucária enfatiza-se a indissociabilidade entre cuidar e educar, respeitando a singularidade e individualidade de cada criança: diferenças sociais, cognitivas, econômicas, culturais e étnicas, considerando a criança na sua totalidade.

Assim educar significa propiciar situações de cuidado, brincadeiras para aprendizagens significativas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento infantil de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Cuidar significa ajudar os outros se desenvolver como ser humano, valorizar e ajudar a se desenvolver.

Na Educação Infantil, o lúdico precisa estar presente no cotidiano das crianças. Brincar é fundamental, pois é uma das formas principais que a criança dispõe nesta fase de sua vida para aprender sobre os objetos que estão a sua volta, sobre as pessoas e sobre si própria.

É também através do jogo e da brincadeira que ela vai aprender quais são as regras que organizam as relações entre as pessoas do seu grupo e o papel que cada uma desempenha. Ela lança mão de sua imaginação através dos jogos de faz-de-conta. A criança imagina e se coloca no papel do outro, imita a mãe, o pai, os colegas, etc. Fazer de conta é o grande recurso que a criança tem para lidar também com os objetos, as coisas que compõem o seu mundo e como as pessoas se relacionam com estes objetos físicos.

Imitar não é mera cópia de um modelo, mas reconstrução individual daquilo que é observado nos outros. Essa reconstrução é para a criança, a criação de algo novo a partir do que ela observa no outro. Portanto, a atividade imitativa, não é um processo mecânico, mas sim, uma oportunidade da criança realizar ações que estão além de suas próprias capacidades, o que contribui para o seu desenvolvimento, e só é possível à imitação de ações que estão dentro da Zona de Desenvolvimento Proximal da criança.

Com a brincadeira do faz-de-conta, a criança é levada a agir num mundo imaginário; como por exemplo: o ônibus que ela está dirigindo na brincadeira, através de cadeiras enfileiradas. Esta situação é definida é pelo significado estabelecido pela brincadeira (o ônibus, o motorista, os personagens, etc) e não pelos elementos reais concretamente presentes. As cadeiras, as bonecas, etc, servem como a representação de uma realidade ausente e ajuda a criança a separar objeto e significado. Isso se constitui num passo importante no percurso que a levará a ser capaz de, como no pensamento adulto, desvincular-se totalmente das

situações concretas. O brinquedo provê assim, uma situação de transição entre a criança com objetos concretos e suas ações com significados. Portanto, a organização de práticas que favoreçam o envolvimento das crianças em brincadeiras, principalmente aquelas que possibilitem a criação de situações imaginárias, tem nítida função pedagógica.

É nos três primeiros anos de vida que a criança forma mais de 90% de suas conexões cerebrais, por meio da interação do bebê com estímulos do meio ambiente. Essas novas idéias e a luta por um mundo mais justo passaram a demandar novas políticas, que criassem, para todas as crianças, inclusive as que apresentam necessidades educacionais especiais, contextos afetivos, relacionais e educativos favoráveis. Isso é tarefa da educação infantil, e demanda a elaboração de projeto pedagógico nos CMEI's e na Pré-Escola; atuação de profissionais capacitados e a participação da família e da comunidade, como sendo fundamentais para atingir os objetivos propostos na educação infantil.

O conceito de educação infantil como direito social é relativamente recente na realidade educacional brasileira, pois as crianças, do nascimento aos seis anos de idade, adquiriram, com a Constituição Federal de 1988, o direito de serem educadas em creches e pré-escolas na sua comunidade. O caráter reducionista do assistencialismo voltado para a prevenção da carência ambiental, da doença, da fome como forma de compensar as mazelas sociais vem assim, gradativamente, sendo rompido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) representam um avanço conceitual, colocando a educação infantil como primeira etapa da educação básica. Esta tem por finalidade o desenvolvimento integral de todas as crianças, do nascimento aos seis anos (art.58), inclusive as com necessidades educacionais

especiais, promovendo desenvolvimento nos seus aspectos físico, psicológico, social, intelectual e cultural. Dessa forma, a educação infantil enfrenta hoje um grande desafio: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nos CMEI's e nas Pré-Escolas. Compreendemos que essa nova situação - a construção do conhecimento de alunos que apresentam níveis e possibilidades diferentes tem trazido para o professor muita ansiedade, medo e alguns questionamentos.

A inclusão é um processo complexo que configura diferentes dimensões: ideológica, sócio-cultural, política e econômica. Os determinantes relacionais comportam as interações, os sentimentos, significados, as necessidades e ações práticas; já os determinantes materiais e econômicos viabilizam a reestruturação dos CMEI's.

A educação inclusiva deve ter como ponto de partida o cotidiano: o coletivo, da escola e CMEI's, onde todos os alunos com necessidades educativas, especiais ou não, precisam aprender, ter acesso ao conhecimento, à cultura e progredir no aspecto pessoal e social. Estudos e experiências realizadas em escolas que estão obtendo êxito no projeto de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais apontam alguns princípios e fundamentos:

- O princípio da identidade: a construção da pessoa humana em todos seus aspectos: afetivo, intelectual, moral e ético;
- A sensibilidade estética diz respeito à valorização da diversidade para conviver com as diferenças, com o imprevisível, com os conflitos pessoais e sociais, mediando para a criatividade e para a resolução dos problemas e a pluralidade cultural;

- Toda criança pode aprender, tornar-se membro efetivo e ativo da classe regular e fazer parte da vida comunitária;
- A construção de laços de solidariedade, atitudes cooperativas e trabalho coletivos proporcionam maior aprendizagem para todos;
- A inclusão significa transformação da prática pedagógica: relações interpessoais positivas, interação e sintonia professor-aluno, família-professor, professor-comunidade escolar e o compromisso com o desempenho acadêmico;
- A inclusão depende da criação de rede de apoio e ajuda mútua entre escolas, pais e serviços especializados da comunidade para a elaboração do projeto pedagógico;
- O projeto pedagógico deve considerar as necessidades educacionais de todos os alunos, oferecendo equipamentos e recursos adaptados quando necessários;
- A modificação do processo de avaliação e do ensino: avaliação qualitativa dos aspectos globais, necessidades emocionais, estilos cognitivos, formas diferenciadas de comunicação, elaboração e desempenho nas atividades;
- Valorização do desempenho do aluno, para a realização das atividades, participação nos projetos e trabalhos coletivos;
- A priorização, além do acesso à cultura e ao conhecimento, do desenvolvimento da autonomia e independência e auto-conceito positivo pela participação social;
- O CMEI e sala de aula devem ser um espaço inclusivo, acolhedor que respeite as dificuldades e às peculiaridades de cada aluno;

- Uma gestão democrática e descentralizadora com repasse de recursos financeiros diretamente à escola para reestruturação e organização do ambiente, da sala de aula, e para as adaptações que se fizerem necessárias;
- O processo de aprendizagem e da inclusão depende também da formação continuada do professor, de grupo de estudos com os profissionais envolvidos, possibilitando ação, reflexão e constante redimensionamento da prática pedagógica.

Segundo Vygotsky e Leontiev, desenvolvimento e aprendizagem constituem-se elementos indissociáveis no mesmo processo, pois a criança nesta perspectiva é vista como sujeito cognitivo, social e cultural. Para Vygotsky, todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem primeiro em um nível social, entre pessoas depois em um nível individual, no interior da criança.

Isto implica uma reconstrução interna pela criança de uma atividade externa, que ao longo de seu desenvolvimento, resulta das diversas interações realizadas pela mesma. Dessa forma, o conhecimento é construído a partir da internalização de signos produzidos culturalmente (a escrita, os números, a linguagem, etc) através da interação com o outro. Considerando isso, destacamos a importância da dimensão social nesta proposta como referência para o processo de ensino-aprendizagem das crianças.

Vygotsky identifica dois níveis de desenvolvimento: o nível de desenvolvimento real ou efetivo que se refere às conquistas, funções e capacidades que a criança já domina (aquilo que ela faz sozinha) e o nível de desenvolvimento potencial que se refere àquilo que ela é capaz de fazer mediante ajuda de outra pessoa. A distância entre esses dois níveis caracteriza a Zona de Desenvolvimento Proximal que define as funções que ainda não se desenvolveram na criança. Esse

espaço deve ser foco principal da atuação dos professores/educadores, pois, segundo Vygotsky, na medida em que a criança interage com outras pessoas, é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que sem ajuda externa seriam impossíveis de ocorrer.

Segundo Vygotsky (1984), aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje, será o nível de desenvolvimento real amanhã, ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã.

Por isso, o processo de ensino precisa ser realizado tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real da criança e é na Zona de Desenvolvimento Proximal que a interferência de outras pessoas (professor, educador, colegas...) é a mais transformadora. Exemplificando: Para uma criança que já sabe amarrar os sapatos o ensino desta atividade seria completamente sem efeito para um bebê, por outro lado, a ação de um adulto que tenta ensiná-lo a amarrar os sapatos é também sem efeito, pelo fato de que essa atividade está muito distante do horizonte de desenvolvimento de suas funções psicológicas. Só se beneficiaria dessa mediação na tarefa de amarrar os sapatos a criança que ainda não aprendeu bem a fazê-lo, mas já desencadeou o processo para essa construção.

O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados de relacionamento, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos, tais como a qualidade da alimentação e os cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.

A criança necessita expressar suas emoções, ter contato com vários objetos, com seus pares e da mediação de pessoas adultas (professores / educadores) também para desenvolver sua autonomia e identidade.

Para que as crianças com necessidades educacionais especiais possam participar com êxito dos CMEI's e consigam ter melhores condições de desenvolvimento, há a necessidade de professores (educadores) empenhados na interação, acolhida e escuta dessas crianças, interessados em compreender suas necessidades e desejos, e estarem disponíveis para interpretar suas formas de expressão e comunicação, muitas vezes diferentes das demais crianças da mesma faixa etária, é preciso que os professores desejem contribuir para que as crianças possam crescer e conhecer o mundo. A primeira infância das crianças exige carinho e cuidado, mas para que o ser humano realize-se plenamente, deve haver, desde o nascimento, um processo educativo que ajude a construir suas estruturas afetivas, sociais e cognitivas. Educação infantil é mais do que cuidar de crianças é abrir a elas o caminho da cidadania.

## **2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, QUE EDUCAÇÃO É ESSA?**

### **2.1 BREVE HISTÓRICO DO ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Entende-se hoje na Educação Infantil o brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil e a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma.

Isso significa assegurar o atendimento às necessidades básicas de desenvolvimento sócio-afetivo, físico, intelectual e, ao mesmo tempo, garantir o avanço na construção do conhecimento, mediante procedimentos didáticos e estratégias metodológicas adequadas às necessidades de todas as crianças.

A deficiência como fenômeno humano individual e social é determinada em parte pelas representações sócio-culturais de cada comunidade, em diferentes gerações, e pelo nível de desenvolvimento científico, político, ético e econômico dessa sociedade.

As raízes históricas e culturais do fenômeno deficiência sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito. A literatura da Roma Antiga relata que as crianças com deficiência, nascidas até o princípio da era cristã, eram afogadas por serem consideradas anormais e débeis. Na Grécia antiga, Platão relata no seu livro *A REPÚBLICA* que as crianças mal constituídas ou deficientes eram sacrificadas ou escondidas pelo poder público.

A Idade Média conviveu com grandes contradições e ambivalência em relação às atitudes e sentimentos frente à deficiência. Os deficientes mentais, os

loucos e criminosos eram considerados, muitas vezes, possuídos pelo demônio, por isso eram excluídos da sociedade. Aos cegos e surdos eram atribuídos dons e poderes sobrenaturais. No pensamento dos filósofos cristãos, a crença também oscilava entre culpa e expiação de pecados e, finalmente, com Santo Tomás de Aquino, a deficiência passa a ser considerada como um fenômeno natural da espécie humana.

Essas contradições geravam ambivalência de sentimentos e atitudes que iam da rejeição extrema, passando por piedade e comiseração e até a superproteção, fazendo com que surgissem assim as ações de cunho social, religioso e caritativo de proteção e cuidados como: hospitais, prisões e abrigos.

No Renascimento, com o surgimento das ciências, as concepções racionais começavam a buscar explicações para as causas das deficiências, que foram consideradas do ponto de vista médico como doenças de caráter hereditário, males físicos ou mentais.

Historicamente, a educação de pessoas com deficiência nasceu de forma solitária, segregada e excludente. Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa. Mais tarde, nos Estados Unidos e Canadá, surgiram os primeiros programas para prover atenção e cuidados básicos de saúde, alimentação, moradia e educação dessa parcela da população, até então marginalizada e abandonada pela sociedade.

As primeiras iniciativas para a educação de pessoas com deficiências surgiram na França em 1620, com a tentativa de Jean Paul Bonet de ensinar mudos a falar. Foram fundadas em Paris as primeiras instituições especializadas na educação de pessoas com deficiências: a educação de surdos com Charles M. Eppé, que criou o *Método dos Sinais* para a comunicação com surdos. O Instituto Real dos Jovens Cegos, em Paris, fundada por Valetin Hauy, em 1784, destinava-se

à leitura tátil pelo sistema de letras em relevo. Mais tarde, em 1834, Louis Braille criou o sistema de leitura e escrita por caracteres em relevo, denominado sistema braile, abrindo perspectivas de comunicação, educação e independência para as pessoas cegas.

Para educação de pessoas com deficiência mental foram do médico Francês Jean Marc Itard, no século XIX, que sistematizou um método de ensino inspirado na experiência do menino selvagem de Ayrton (sul da França), que consistia na repetição de experiências positivas. A primeira instituição pública para educação de crianças com deficiência mental foi residencial, fundada pelo médico francês Edward Seguin, que criou um método educacional originado da neurofisiologia que consistia na utilização de recursos didáticos com cores e música para despertar a motivação e o interesse dessas crianças.

No Brasil, a primeira escola especial foi criada em 1854, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, no Rio de Janeiro e; em 1857, foi criado o Instituto Imperial de Educação de Surdos, também no Rio de Janeiro.

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, as escolas especiais proliferaram por toda Europa e Estados Unidos. A educação especial surgiu sob o enfoque médico e clínico, com o método de ensino para crianças com deficiência mental, criado pela médica italiana Maria Montessori, no início do século XX. O método Montessori, inspirado na rotina diária e na ação funcional, fundamenta-se na estimulação sensório-perceptiva e auto-aprendizagem. Emprega rico e variado material didático como: blocos, cubos e barras em madeira, objetos variados e coloridos, material de encaixe e seriação, letras grandes em lixa e outros. O método Montessori foi mundialmente difundido e até hoje é utilizado, inclusive no Brasil, na educação pré-escolar de crianças sem qualquer deficiência.

## 2.2 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu Artigo 1º:  
*Todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos.*

Esta declaração assegura o direito de todos à educação pública, gratuita. Essas idéias, reforçadas pelo movimento mundial de integração de pessoas com deficiência, defendiam oportunidades educacionais e sociais iguais para todos, contribuindo fortemente para a criação dos serviços de educação especial e classes especiais em escolas públicas no Brasil. Surge, dessa forma, uma política nacional de educação, ancorada na Lei Nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), com a recomendação de integrar, no sistema geral de ensino, a educação de excepcionais, como eram chamadas na época as pessoas com deficiências.

A política educacional brasileira na década de 80 teve como meta a democratização mediante a expansão do ensino com oportunidade de acesso das minorias à escola pública. A educação de crianças com deficiências na escola de ensino regular ganhou força com o movimento nacional de defesa dos direitos das pessoas com deficiências, que pregava a passagem do modelo educacional segregado para integração de pessoas com deficiências na escola, no trabalho e na comunidade, tendo em vista a igualdade e justiça social.

No âmbito da educação infantil e especial, a democratização do ensino traz consigo o conceito de educação como direito social, passando do modelo médico do cuidar, do clínico e terapêutico para a abordagem social e cultural que valoriza a diversidade como forma de aprendizagem, de fortalecimento e modificação do ambiente escolar e da comunidade para a promoção da aprendizagem. Nesse

enfoque sociológico, o meio, o ambiente inadequado e a falta de condições materiais são também fatores produtores de limitação e determinantes do fracasso escolar.

Na esfera política e da descentralização do poder, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, recomendam a colaboração entre a União, Estados e Municípios para que seja efetivamente exercitado no País o debate de idéias e o processo de decisões acerca de como devem se estruturar os sistemas educacionais e quais procedimentos de controle social serão desenvolvidos. Embora haja avanços na esfera conceitual, as representações míticas, os preconceitos e estereótipos acerca das pessoas com deficiência construídos culturalmente determinam e expressam nossas atitudes e ações consciente ou inconscientemente no contexto familiar, escolar ou comunitário. Essas barreiras atitudinais são, por vezes, evidenciadas pelos mecanismos de negação das possibilidades dessas pessoas, fortemente firmados no conceito de limitação e incapacidade, manifestos pelo assistencialismo e paternalismo ainda vigentes em nosso meio. Esse é o grande desafio que a educação inclusiva se propõe a romper.

Por outro lado, não se pode negar as deficiências e as restrições delas provenientes. Por isso, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica determinam que os sistemas escolares se organizem para o atendimento na classe comum, mediante a elaboração de projetos pedagógicos orientados pela política da inclusão.

Segundo o DECRETO Nº 914 de 06 de Setembro de 1993, Capítulo III seguem algumas orientações que precisam ser consideradas para avançarmos no que tange a educação inclusiva:

#### Das Diretrizes

Art. 5º. São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

III - incluir a pessoa portadora de deficiências, respeitadas, as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, saúde, trabalho, à edificação pública, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer;  
VIII - proporcionar ao portador de deficiência qualificação profissional e incorporação ao mercado de trabalho.

#### Capítulo IV

##### Dos Objetivos

Art. 6º. São objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

- integração das ações dos órgãos públicos e entidades privadas nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte e assistência social, visando a prevenção das deficiências e à eliminação de suas múltiplas causas.

Para efetivar o Decreto 914, o Plano Decenal de Educação para todos e as diretrizes e estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais em unidades educacionais orientam a criação de programas de intervenção precoce em escolas ou instituições especializadas públicas ou privadas, estabelecendo convênios e parcerias com as áreas de saúde e assistência social, para avaliação, identificação das necessidades específicas, apoio, adaptações, complementações ou suplementações que se fizerem necessárias, tendo em vista o desenvolvimento e o processo de aprendizagem dessas crianças.

É necessário reconhecer a necessidade de articulação das políticas e de ações práticas efetivas e integradas entre os setores governamentais que desenvolvem essas políticas, para que as crianças com necessidades educacionais especiais tenham acesso aos recursos e equipamentos especiais necessários ao processo de desenvolvimento e aprendizagem desde a Educação Infantil. Os focos da política pública integrada devem ser: o desenvolvimento humano, a equidade das oportunidades educativas e a participação de todos. Enfatizando o eixo da humanização, do desenvolvimento integral e do processo de aprendizagem, o

acesso ao mundo da cultura e do conhecimento não pode ser desfocado de uma política de educação infantil que se diz democrática.

A discussão pedagógica acerca da inclusão tem pontuado a importância dos currículos não estarem apenas centrados na diversidade, mas na diferença, concebida como processo, com uma pedagogia e currículo que não se limitam apenas a celebrar a identidade e a diferença, mas que buscam problematizá-las.

### 2.3 O SURGIMENTO DAS APAE'S - UMA ONG QUE DEU CERTO

Já em meados do século XX surgem as associações de pais de pessoas com deficiência física e mental na Europa e Estados Unidos. No Brasil, são criadas a Pestalozzi e as APAE'S, destinadas à implantação de programas de reabilitação e educação especial. Em decorrência do avanço científico, as causas e origem das deficiências foram investigadas e esclarecidas na segunda metade do século XX, rompendo assim com a visão mítica e maniqueísta entre o bem e o mal. Embora esses avanços tenham colaborado para a compreensão da deficiência como condição humana e expressão da diversidade entre os homens e natureza, os preconceitos continuam existindo - eles oscilam entre a patologização ora inerente ao indivíduo, ora ao ambiente. Assim, a idade contemporânea é marcada pelo paradigma da cientificidade, do psicologismo, da valorização dos testes quantitativos, do treinamento sensorial e motor.

Em Araucária a APAE foi inaugurada no dia 12 de agosto de 1997. Atendendo alunos acima de 14 anos, tendo convênio com a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Estadual de Educação. Conta atualmente com uma equipe

multidisciplinar tendo: professores regentes, professores de artes e música, professores de Educação Física, 01 instrutor de informática e pedagoga.

Os níveis de ensino são determinados conforme a idade dos alunos.

- Escolaridade de 14 à 18 anos:

Trabalha com os conteúdos a nível de pré, 1ª e 2ª série do ensino regular. A proposta pedagógica dá orientações sobre o programa pedagógico e avaliação escolar.

- Educação Profissional de 18 à 21 anos:

Este programa se caracteriza por iniciativas e ações, visando o desenvolvimento das potencialidades para o mercado de trabalho, sua promoção e inclusão social.

- Oficinas Profissionalizantes – Acima de 21 anos:

Oferta de cursos para jardinagem, artesanato, terceirização, embalagens...

Os conteúdos trabalhados são diferenciados conforme o grau de desenvolvimento dos alunos.

Existe também parceria de Empresas conveniada com a APAE: Petrobrás, Risotolândia, Condor Super Center, Emudar. Estas Empresas disponibilizam vagas de serviços para os alunos da APAE.

## 2.4 A ESCOLA INCLUSIVA

A Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art.

208, III). A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões - o direito à educação comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas regulares.

O conceito de inclusão como se vê em sua evolução sócio-histórica aponta para a necessidade de aprofundar estudos, reflexões e debates sobre a diversidade. Isso implicaria em buscar compreender a heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas, as especificidades do humano e, sobretudo as diferentes situações vividas na realidade social e no cotidiano escolar.

Essa reflexão passa necessariamente pelos estudos sobre os conceitos historicamente construídos acerca dos alunos com deficiências, cristalizados no imaginário social e expressos na prática pedagógica centrada na limitação, nos obstáculos e nas dificuldades, que se encontram, muitas vezes, ainda presentes nas unidades educacionais.

A inclusão está fundada na dimensão humana e sócio-cultural que procura enfatizar formas de interação positivas, possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar.

Essas duas dimensões fazem nosso olhar do pesquisador e demais interessados, convergir para o interior das instituições, fazendo então surgir a necessidade de compreender quais seriam as reais dificuldades que os alunos com necessidades educacionais especiais encontram na classe comum.

A matriz da política educacional de inclusão é a Declaração Mundial de Educação para Todos, resultado da Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e o Plano Decenal de Educação para Todos

(BRASIL, 1993). Enfatiza o Artigo 1º da Declaração Mundial de Educação para Todos:

Uma educação destinada a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e do conhecimento, e a participação do cidadão na transformação cultural de sua comunidade.

Esses conceitos foram aprofundados e divulgados com a Declaração de Salamanca e a sua linha de ação sobre necessidades educativas especiais (BRASIL, 1994), que traz importante modificação nos objetivos e formas de atendimento na educação especial. Onde a meta é incluir todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem, no ensino regular.

Como acredita ser a Declaração de Salamanca um dos melhores estudos já realizados no que tange as necessidades educativas especiais passa a indicar o que considera mais importante desta declaração:

- *A educação é para todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados;*
- *Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;*
- *Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;*

- *Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta à vasta diversidade de tais características e necessidades;*
- *Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;*
- *Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional;*
- *Atribuem a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais;*
- *Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma;*
- *Desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva;*
- *Estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais;*

- *Encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais;*
- *Invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva;*
- *Garantam no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas;*

Nesse universo de transformação da ação educativa, centros de educação infantil público e privado já vêm desenvolvendo projetos de inclusão, recebendo crianças com todas as deficiências, inclusive múltiplas deficiências. Essas experiências exitosas revelam que o projeto de inclusão não tem beneficiado apenas a criança com necessidades educacionais especiais, mas tem contribuído muito para a melhoria da instituição e transformação do fazer pedagógico para todas as crianças.

As crianças com qualquer deficiência, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou emocionais, são crianças que têm as mesmas necessidades básicas de afeto, cuidado e proteção, e os mesmos desejos e sentimentos das outras crianças. Elas têm a possibilidade de conviver, interagir, trocar, aprender, brincar e serem felizes, embora, algumas vezes, de forma diferente.

Essa forma diferente de ser e agir é que as tornam seres únicos, singulares. Elas devem ser olhadas não como defeito, incompletude, mas como pessoas com possibilidades diferentes, com algumas dificuldades, que, muitas vezes, se tornam

desafios com os quais podemos aprender e crescer, como pessoas e profissionais que buscam ajudar o outro.

Mais importante que a caracterização da deficiência, das dificuldades ou limitações é procurar compreender a singularidade da história de vida de cada criança, suas necessidades, seus interesses, como interage, como se relaciona com as pessoas, objetos e com o conhecimento. É importante que o professor da educação infantil esteja aberto e disposto a realizar a escuta e acolhida dos desejos, das intenções, interpretar as expressões, os sentimentos, as diferentes formas de ação e comunicação. Para isso, o professor necessita do apoio e cooperação contínuos da família para que juntos possam estabelecer estratégias que favoreçam o processo de desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças.

Torna-se necessário, então, que os alunos com necessidades educacionais especiais, independentemente do tipo de deficiência, sejam expostos a formas positivas de comunicação e interação, de ajudas e trocas sociais diferenciadas, a situações de aprendizagem desafiadoras: que sejam solicitados a pensar, a resolver problemas, a expressar sentimentos, desejos e a formular escolhas e tomar iniciativas.

Para isso, torna-se essencial uma avaliação adequada não apenas da criança, mas, principalmente, do contexto escolar e do ambiente da sala de aula. É necessário verificar se o projeto pedagógico contempla as necessidades educacionais especiais desses educandos, e se as atividades e os ambientes estão planejados de modo que proporcionem a inclusão.

É importante compreender todas as possibilidades das crianças com deficiências, os níveis de funcionamento sócio-afetivo e cognitivo, e a qualidade das experiências e vivências que possuem. É fundamental conhecer suas dificuldades visando proporcionar melhores formas de interação e comunicação, desenvolver

estratégias de ação, de potencialização do pensamento e resolução de problemas, verificando os desafios, as necessidades, quais os conteúdos e atividades que podem modificar as possibilidades de funcionamento.

É importante ressaltar que a inclusão de alunos com deficiência não depende do grau de severidade da deficiência ou do nível de desempenho intelectual, mas, principalmente, da possibilidade de interação, socialização e adaptação do sujeito ao grupo, na unidade educacional. E esse é o maior desafio para os profissionais hoje – modificar-se e aprender a conviver com dificuldades de adaptação, gostos, interesses e níveis diferentes de desempenho escolar.

A inclusão é um processo dialético complexo, pois envolve a esfera das relações sociais inter e intrapessoais vividos nas instituições. No seu sentido mais profundo, vai além do ato de inserir, de trazer a criança para dentro das unidades educacionais. Significa envolver, compreender, participar e aprender.

Assim, no processo de inclusão, a criança com necessidades educacionais especiais não pode ser vista apenas por suas dificuldades, limitações ou deficiências. Ela deve ser olhada na sua dimensão humana, como pessoa com possibilidades e desafios a vencer, de forma que os laços de solidariedade e afetividade não sejam quebrados.

Essas são atitudes éticas que não implicam apenas no respeito ou valorização da diferenças, mas em uma questão de posturas positivas, adequadas e, acima de tudo, de compromisso pedagógico para que o aluno construa, à sua maneira, o conhecimento, e avance na aprendizagem.

A educação infantil, não somente a de crianças com necessidades educacionais especiais, é uma situação educativa complexa que exige uma análise lúcida e crítica acerca dos contornos do contexto escolar, das condições concretas existentes, dos conteúdos propostos e das estratégias e alternativas metodológicas

que atendam as necessidades de desenvolvimento, de interação, comunicação, autonomia, socialização e participação nas brincadeiras e atividades lúdicas.

As atividades lúdicas correspondem a um impulso natural da criança, e neste sentido, satisfazem uma necessidade interior, pois o ser humano apresenta uma tendência lúdica e estas integram as várias dimensões da personalidade: afetiva, motora e cognitiva. Como atividade física e mental que mobiliza as funções e operações, a ludicidade aciona as esferas motora e cognitiva, e à medida que gera envolvimento emocional, a esfera afetiva;

O ser que brinca e joga é, também, o ser que age, sente, pensa, aprende e se desenvolve. O elemento que separa um jogo pedagógico de um outro de caráter apenas lúdico é este: desenvolve-se o jogo pedagógico com a intenção explícita de provocar aprendizagem significativa. O jogo no processo ensino-aprendizagem somente tem validade se usado na hora certa, e essa hora é determinada pelo seu caráter desafiador, pelo interesse do educando e pelo objetivo proposto. Os jogos produzem uma excitação mental agradável e exercem uma influência altamente fortificante mencionar a língua escrita como a aquisição de um sistema simbólico de representação da realidade. Também contribui para esse processo o desenvolvimento dos gestos, dos desenhos e do brinquedo simbólico, pois essas são também atividades de caráter representativo, isto é, utiliza-se de signos para representar significados. A aprendizagem e o desenvolvimento estão intrinsecamente relacionados, sendo que as crianças se inter-relacionam, internalizando o conhecimento advindo de um processo de construção. O jogo é um fator didático altamente importante; ele é elemento indispensável para o processo de ensino-aprendizagem.

No processo de ensino-aprendizagem as atividades lúdicas ajudam a construir uma práxis emancipadora e integradora, ao tornarem-se um instrumento de

aprendizagem que favorece a aquisição do conhecimento em perspectivas e dimensões que perpassam o desenvolvimento do educando. O lúdico é uma estratégia insubstituível para ser usada como estímulo na construção do conhecimento humano.

Além de todos estes processos ligados ao âmbito pedagógico, cabe ressaltar outro fator bastante significativo em todo o processo no que diz respeito mais especificamente a estrutura física.

A organização do espaço, a eliminação das barreiras arquitetônicas (escadas, depressões, falta de contraste e iluminação inadequada), mobiliários, a seleção dos materiais, as adaptações nos brinquedos e jogos são instrumentos fundamentais para a prática educativa inclusiva com qualquer criança pequena. Eles se tornam condições essenciais e prioritárias na educação e no processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais.

## 2.5 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Quanto mais cedo se der a intervenção educacional, mais eficaz ela se tornará no decorrer dos anos, produzindo efeitos mais profundos sobre o desenvolvimento das crianças. Por isso, o atendimento deve começar precocemente, inclusive como forma preventiva. Na hipótese de não ser possível o atendimento durante a educação infantil, há que se detectarem as deficiências, como as visuais e auditivas, que podem dificultar a aprendizagem escolar, quando a criança ingressa no ensino fundamental.

O sucesso de escolas inclusivas depende em muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais

especiais. Assistência infantil e programas educacionais para crianças até a idade de 06 anos deveriam ser desenvolvidas e/ou reorientados no sentido de promover os desenvolvimentos físicos, intelectuais e sociais e a prontidão para a escolarização. Tais programas possuem um grande valor econômico para o indivíduo, a família e a sociedade na prevenção do agravamento de condições que inabilitam a criança. Programas neste nível deveriam reconhecer o princípio da inclusão e ser desenvolvidos de uma maneira abrangente, através da combinação de atividades pré-escolares e saúde infantil.

Vários países têm adotado políticas em favor da educação infantil, tanto através do apoio no desenvolvimento de jardins de infância e pré-escolas, como pela organização de informação às famílias e de atividades de conscientização em colaboração com serviços comunitários (saúde, cuidados maternos e infantis) com escolas e com associações locais de famílias ou de mulheres.

Nessa linha de ação, surge o conceito de necessidades educacionais especiais, que se refere a todas as crianças ou jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educacionais em algum momento de sua escolaridade. Assim, o desafio que enfrentam os CMEI's é o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança.

É importante que na Educação Infantil esteja alerta para que não sejam projetadas nas crianças as limitações e as inadequações metodológicas que se configuram, muitas vezes, como dificuldades de aprendizagem ou deficiências do aluno. A unidade educacional deve buscar refletir sobre sua prática, questionar seu projeto pedagógico e verificar se ele está voltado para diversidade.

O movimento da inclusão também considera necessária uma política pública que tenha como objetivo a modificação do sistema, a organização e estrutura do

funcionamento educativo, e a diversidade como eixo central do processo de aprendizagem na classe comum.

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.

Essa concepção baseia-se na crença de que as mudanças estruturais, organizacionais e metodológicas poderão responder às necessidades educativas e beneficiar todas as crianças, independentemente de apresentarem qualquer tipo de deficiência.

No projeto pedagógico deve estar claro o compromisso da Educação Infantil com o enfoque no processo de ensino e aprendizagem, com o provimento de recursos pedagógicos especiais necessários, apoio aos programas educativos e capacitação de recursos humanos para atender esses alunos.

Nessa perspectiva a Educação Infantil não pode se furtar porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente é inevitável. É um problema pedagógico e curricular, não apenas porque as crianças em uma sociedade atravessada pela diferença forçosamente interagem com o outro no espaço escolar, mas porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular.

A Educação Infantil como espaço inclusivo enfrenta inúmeros desafios, conflitos e problemas que devem ser discutidos e resolvidos por toda comunidade escolar. Essas situações desafiadoras geram novos conhecimentos, novas formas

de interação, de relacionamentos, modificação nos agrupamentos, na organização e adequação do espaço físico e no tempo didático, o que beneficia a todas as crianças.

A sala de aula inclusiva propõe um novo arranjo pedagógico: diferentes dinâmicas e estratégias de ensino para todos, e complementação, adaptação e suplementação curricular quando necessários. A Educação Infantil, a sala de aula e as estratégias de ensino é que devem ser modificadas para que o aluno possa se desenvolver e aprender.

## 2.6 A EDUCAÇÃO ESPECIAL DE ARAUCÁRIA: DA EDUCAÇÃO INFANTIL ATÉ A IDADE ADULTA

Tendo como concepção de Educação Especial à postura pedagógica includente pressupõe uma concepção de homem que permita compreender os processos de desenvolvimento e aprendizagem a partir de uma visão sócio-histórica.

É uma modalidade na Educação Básica com proposta pedagógica, recursos e serviços educacionais especiais.

O Município de Araucária conta atualmente com:

- a) os serviços especializados da Educação Especial: Classes Especiais e as Escolas Especiais;
- b) os apoios especializados são o Centro de Atendimento Especializado – Área Visual (CAEDV) e o Centro de Atendimento Especializado – Área Auditiva (CAEDA);

c) a avaliação Psicoeducacional: Salas de Recursos para as dificuldades de aprendizagem e as condutas típicas e com o apoio à inclusão no trabalho.

A caracterização dos alunos com necessidades educativas especiais que freqüentam a Classe Especial são educando que apresente déficit significativo no desenvolvimento intelectual, associado a uma defasagem de um ou mais aspectos do desenvolvimento e disciplinas pedagógicas decorrentes ou não de uma causa orgânica. E a Escola Especial atende os educando que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, que requeira atenção individualizada nas atividades de vida autônoma e social, recursos ou intervenções intensas e contínuas. As salas de recursos atendem as dificuldades de aprendizagem os educandos que apresentem dificuldades de aprendizagem, com vistas a trabalhar as funções psicológicas superiores ainda não estabelecidas. E as condutas típicas os educandos que apresentem manifestações comportamentais típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos e/ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social em grau que requeira atendimento especializado. Os Centros de Atendimento Especializado são para aqueles educandos com limitação sensorial (visual – cego e visão subnormal; auditivo – surdo) que apresentem dificuldade de comunicação e sinalização, demandando a utilização de outras línguas, linguagens e códigos aplicáveis.

O Apoio à Inclusão no Trabalho é destinado aos educandos com necessidades especiais nas áreas visuais, auditivas, múltipla, física e mental.

Os encaminhamentos metodológicos para as Escolas e Classes Especiais: são disciplinas escolares que se inter-relacionam (desenvolvimento e conhecimento), com base nas Diretrizes Municipais (Educação Infantil e Ensino

Fundamental) regulamentadas em suas propostas políticas pedagógicas. As salas de recursos trabalham com os alunos com dificuldades de aprendizagem desvio das funções psicológicas superiores, já as salas de condutas típicas trabalham com o desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional. Os Centros Especializados trabalham com as disciplinas escolares que se inter-relacionam (desenvolvimento e conhecimento). Quanto a área visual, trabalha com a Estimulação precoce; Braille; Sorobã; Atividade de Vida Diária; Serviço Itinerante; Orientação e Mobilidade; Reeducação Visual; Produção de Materiais; O centro auditivo cabe a Estimulação Precoce; tendo o PERAE - (1ª à 4ª séries), LIBRAS e INTÉRPRETE - (5ª à 8ª séries) tendo as Diretrizes Municipais para o Ensino Fundamental. O Apoio à inclusão no trabalho busca os Fundamentos teóricos-práticos e dispositivos legais com interdependência entre educação e trabalho, possibilitando a qualidade de vida (humanização).

A Avaliação tem caráter diagnóstico, com enfoque interventivo, buscando ações transformadoras que permitam articular, estudar com as unidades de ensino, possíveis soluções para as dificuldades de ensino aprendizagem, que contribuem para o fracasso, a evasão e a repetência escolar.

A Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às funções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetência escolar (que são tão características de tantos sistemas

educacionais) e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar. Uma pedagogia centrada na criança pode impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças, tão freqüentemente conseqüências de uma instrução de baixa qualidade e de uma mentalidade educacional baseada na idéia de que um tamanho serve a todos. Escolas centradas na criança são além do mais a base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto à dignidade de todos os seres humanos. Uma mudança de perspectiva social é imperativa. Por um tempo demasiadamente longo os problemas das pessoas portadoras de deficiências têm sido compostos por uma sociedade que inabilita, que tem prestado mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais de tais pessoas.

### 3 SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E SITUACIONAL DE ARAUCÁRIA

O município de Araucária está integrado à Região Metropolitana de Curitiba – RMC, no primeiro planalto paranaense, ocupa uma área de 460,85 Km<sup>2</sup>, situa-se a 857m do nível do mar. O município de Araucária faz parte do centro mais ativo e desenvolvido do Estado, com área de influência em crescente expansão e destaque na Região Sul do País.

Estrategicamente localizado em relação ao Mercosul, o Centro Industrial de Araucária – CIAR, sediando as indústrias já instaladas e reservadas às novas implantações, conta com matéria-prima local disponível para atender, principalmente a agro-indústria e a Petroquímica, com infra-estrutura, acesso rodo-ferroviário e fácil conexão com aeroportos e portos marítimos.

Situada às margens do Rio Iguaçu, é cortada pela BR-476 – Rodovia do Xisto, via de interligação da Região Sudoeste do País. Está a 27 km do centro de Curitiba.

Nasceu de uma concentração de imigrantes eslavos, voltados inicialmente para a agricultura pelas condições propícias de clima e solo, com o cultivo de culturas como o trigo, milho, batata, hortaliças, fruticultura e avicultura.

Com a implantação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, na década de 70, a cidade começou a sofrer influências do desenvolvimento industrial, servindo de sede a novas indústrias, com geração de empregos e o deslocamento de trabalhadores da área rural para a urbana.

Adapta-se ao processo de industrialização, mantendo suas características agrícolas, o que a torna um importante pólo-agro-industrial.

A população atual é formada por descendentes, dos primeiros habitantes da região (luso brasileiros, índios e negros) por descendentes de imigrantes poloneses, italianos, ucranianos, sírios, alemães, japoneses e por migrantes vindos de outras regiões, atraídos pela industrialização, a partir da década de 70.

### 3.1 SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE ARAUCÁRIA

A Prefeitura do Município de Araucária investe, em média, 29% de sua arrecadação em educação, o que reflete uma preocupação constante com a qualidade de ensino e a formação de seus cidadãos, já que a Constituição Federal estabelece uma porcentagem mínima de investimento de 25%.

Este total de investimentos se reflete em ações concretas da administração municipal, tais como: fornecimento de materiais pedagógicos básicos (globos, mapas, televisores, videocassetes, computadores, alfabetos móveis, etc.); subsidiando 50% do transporte escolar gratuito a estudantes da zona rural e Ensino Especial, além daqueles atendidos por defasagem de salas e que necessitam deslocar-se; manutenção e construção de salas de aula; manutenção dos prédios, pátios, canchas, etc.; merenda escolar; consolidação de antigas escolas rurais, manutenção das escolas consolidadas. O Município atende:

- 26 Centros de Educação Infantil;
- 37 Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- 03 Escolas Especiais;
- 14 salas de recursos;
- 13 classes especiais;

- 40 turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Totalizando um atendimento diário de mais de 21.000 alunos.

A SMED mantém ainda, entre suas atribuições: a Oficina de Arte, a qual mantém várias oficinas artísticas, direcionadas aos professores e alunos; o Clube de Ciências, destinado à pesquisa, visitação e cursos.

A partir de 2002, a SMED assumiu a manutenção dos 25 CMEI's, buscando garantir que todos os coordenadores sejam formados na área de educação. Os CMEI's atendem, aproximadamente, 2.800 crianças e possui uma lista de espera de 1.000 crianças. O Município, embora ainda tenha um longo caminho a percorrer, busca todo dia melhorias na qualidade de seu ensino e pode ser considerado como ponto de referência no Estado, pois vem discutindo e reelaborando sua proposta pedagógica, visando à construção permanente de uma política de educação coerente com a transformação necessária à viabilização de uma nova concepção de sociedade voltada para todos.

A gestão democrática também se efetiva na Educação, com a implantação de várias ações que visam a participação efetiva da comunidade escolar em todos os seus segmentos. Ações como:

- Reorganização das APMs, através de novas eleições;
- Eleição de diretores auxiliares;
- Eleição dos coordenadores de área pelos profissionais de sua área, lotados no Município;
- Construção da Proposta Pedagógica de cada unidade escolar, no coletivo;
- Sistematização das Diretrizes Municipais de Educação;
- Construção e parceria em projetos que tragam contribuições sérias ao crescimento da qualidade de ensino;

- Viabilização de reformas e construções junto à comunidade, decidindo com ela, as prioridades e os encaminhamentos;
- Reimplantação dos Conselhos Escolares, após a participação em cursos de assessoramento, visando a compreensão da totalidade de sua função e participação no ambiente escolar;
- Promoção e execução da Semana Pedagógica com grandes nomes da Educação Nacional, proporcionando acesso às últimas tendências e pensamentos sobre os temas da atualidade, relacionados ao crescimento profissional dos trabalhadores em Educação no Município.

O atendimento a alunos no Ensino Especial vem se ampliando com a abertura de novos centros de atendimento, como a criação de sua própria Comissão de Avaliação Diagnóstica, ou seja, o Centro de Avaliação Psico-educacional que viabiliza projetos e exames de acuidade para posteriores encaminhamentos e busca de soluções. Há ainda o Centro Ocupacional Especializado que abriga alunos com deficiência mental leve e moderada de 15 a 18 anos. Esta filosofia visa ofertar uma educação para todo o Município, voltada à superação dos próprios limites.

Como a educação não se restringe ao ensinar, a SMED mantém parcerias importantes com outras Secretarias do Município e instituições, viabilizando inúmeros projetos que absorvam questões importantes e urgentes, garantindo seu crescimento qualitativo buscando também a construção coletiva de concepção e trabalho com os diretores e diretores auxiliares, pedagogos, coordenadores dos CMEI's e CMAC's, profissionais em educação, que gerenciam as unidades escolares com suas especificidades e devem dimensionar seu trabalho junto a toda a comunidade de sua região, para uma construção coletiva da Proposta Pedagógica de cada escola.

A SMED reforça o compromisso com a qualidade de Educação oferecida a todos os cidadãos, como o projeto *A Escola que Queremos* que visa a participação de toda a comunidade escolar na reestruturação das escolas municipais, proporcionando a participação de todos, através de uma pesquisa dirigida à comunidade ou ainda efetivando outras formas de participação, recebendo as opiniões e idéias da população quanto ao que pode e deve ser a escola que queremos. A meta final é a construção de um novo modelo ideal, muito mais interessante ao corpo docente e discente. E o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) desenvolvido pela Polícia Militar do Paraná, em parceria com a SMED, a fim de prevenir o uso indevido de drogas entre jovens. Este Programa tem caráter educativo, preventivo e estratégico com posto de 17 lições para crianças de 09 a 12 anos, ao longo de um semestre letivo, com uma aula semanal.

Ainda haverá muitos outros momentos de construção na busca desta Educação de qualidade e a Prefeitura de Araucária está empenhada em oferecer uma estrutura física e de ensino de qualidade à realidade de cada comunidade.

No Município de Araucária em 2004, para diagnosticar as dificuldades das educadoras para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, serão distribuídos questionários, permitindo o levantamento e coleta de dados sobre as dificuldades encontradas p/ garantir o acesso e permanência de todos as crianças com necessidades educacionais especiais.

Irei utilizar relatos e depoimentos de pais, que tem filhos incluídos nos CMEI's no Município de Araucária.

Pois, tenho presente na minha prática pedagógica algumas questões que estão permeando o meu cotidiano.

O que significa realmente educação para todos? Em que implicaria, na realidade, a igualdade de oportunidades? Quais as demandas e necessidades que emergem no processo de aprendizagem?

Como o CMEI tem se organizado para responder a essas demandas e necessidades? Como se dá a prática pedagógica para a diversidade? Qual é o nível de participação dos alunos, pais e comunidade na elaboração do projeto político pedagógico e na tomada de decisões?

### 3.2 O ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS DE 00 A 06 ANOS NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

As crianças de 00 a 06 anos no Município de Araucária são atendidas nos CMEI's. Tendo atualmente 26 CMEI's distribuídos conforme as regiões e construídos conforme a maior necessidade e crescimento demográfico populacional.

O atendimento nos CMEI's é integral compreendendo entre o cuidar e o educar indissociáveis no processo ensino-aprendizagem.

### 3.3 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

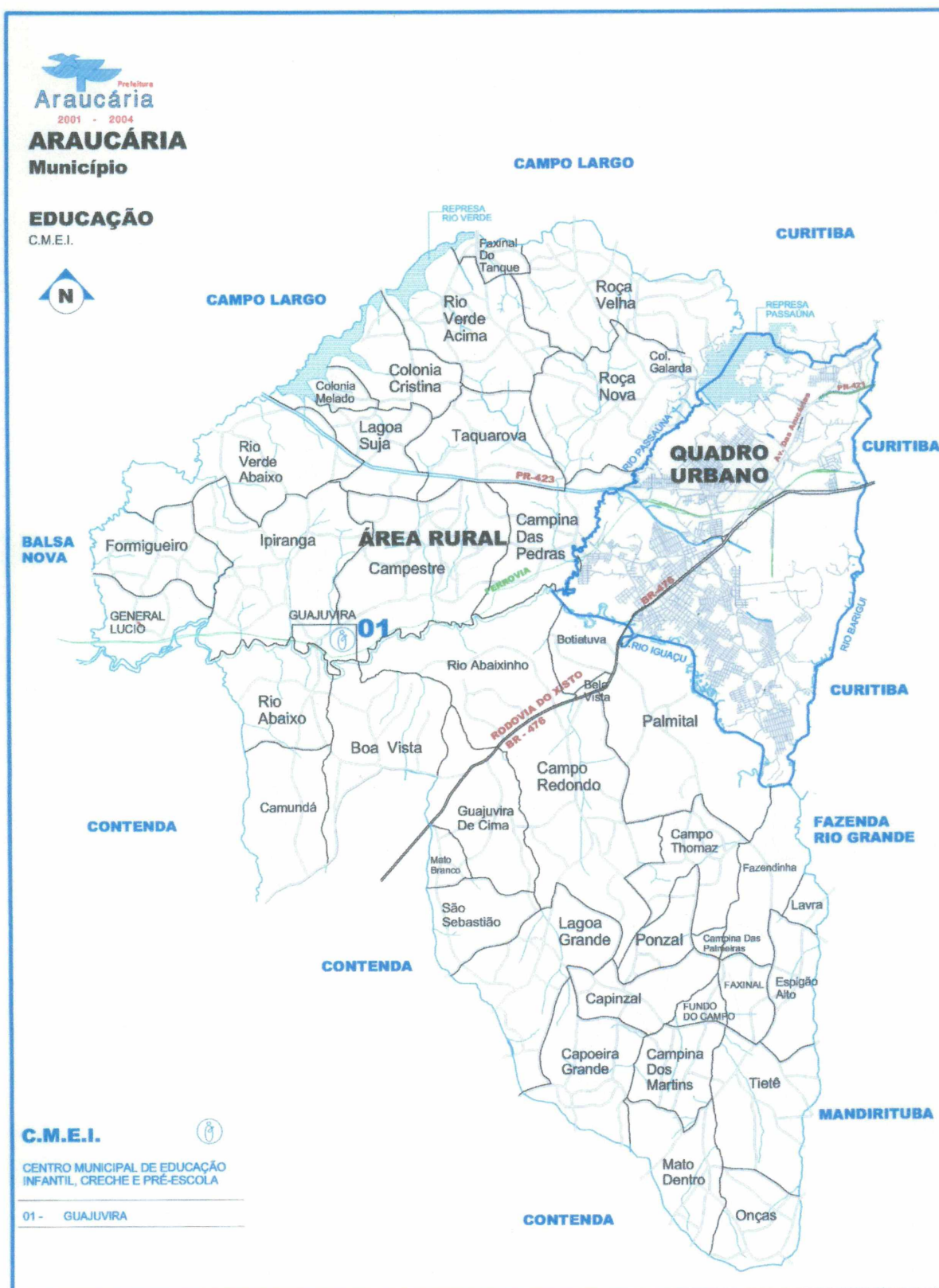


Figura 1 Mapa de Araucária

Fonte: SMED

## 3.4 LOCALIZAÇÃO DOS CMEI'S NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

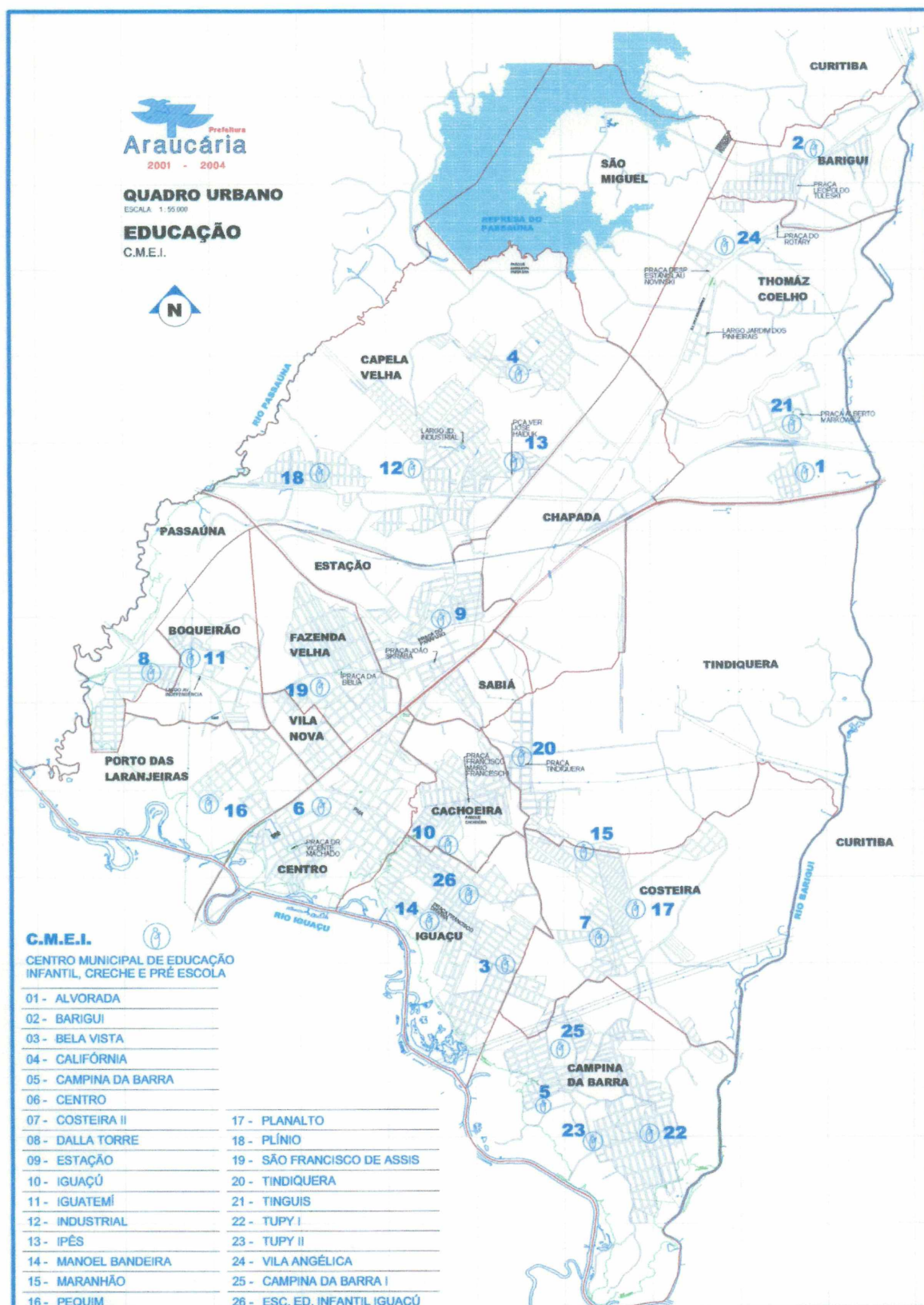


Figura 2 – Mapa de Araucária – Região Urbana

Fonte SMED

### 3.5 RELAÇÃO NOMINAL DOS CMEI'S

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Alvorada

Endereço: Rua Rodrigo P. Gomes, 127 -Bairro: Thomaz Coelho;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Barigui

Endereço: Av. Centenário, 184 -Bairro: Barigui;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Bela Vista

Endereço: Rua Mato Grosso, 1174 -Bairro: Iguaçu;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Califórnia

Endereço: Rua Saracura, 1314 - Bairro: Capela Velha;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Campina da Barra

Endereço: Rua das Flores, 74 - Bairro: Campina da Barra;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Centro

Endereço: Rua Major Sezino de Souza, 931 - Bairro: Centro;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Costeira

Endereço: Aristides Hittner,810 - Bairro: Costeira;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Dalla Torre

Endereço: Rua Dep. Ivan F. Amaral, 18 - Bairro: Dalla Torre;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Estação

Endereço: Av. das Nações, 56 – Bairro: Estação;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Guajuvira

Endereço: Rua Manoel G. Ferreira, s/nº - Bairro: Guajuvira;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Iguaçu

Endereço: Rua Ceará, 15 – Bairro Iguaçu;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Iguatemi

Endereço: Rua João Gotfrid, 240 – Bairro: Iguatemi;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Industrial

Endereço: Rua Gralha Azul, 2183 – Bairro: Capela Velha;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Ipês

Endereço: Rua Elvis Blaszczak, 45 – Bairro: Capela Velha;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Jardim do Conhecimento

Rua São Vicente de Paulo, 600 – Bairro: Centro;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Manoel Bandeira

Endereço: Rua Amazonas, 82 – Bairro: Iguaçu;

Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Maranhão

Endereço: Rua Francisco Drewniak, 60 – Bairro: Costeira;

Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Pequim

Endereço: Rua Felix Klichowicz, 550 – Bairro: Porto das Laranjeiras;

Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Planalto

Endereço: Rua Antonio Mendes, 54 – Bairro: Planalto;

Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Plínio

Endereço: Rua Maritacas, 50 – Bairro: Jardim Plínio;

Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI São F. de Assis

Endereço: Rua Estela L. Wzorek, 132 – Bairro: Fazenda Velha;

Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Tindiquera

Endereço: Rua João Wolski, 90 – Bairro: São Sebastião;

Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Tinguis

Endereço: Rua Alberto Markowicz, 69 – Bairro: Thomaz Coelho;

Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Tupi I

Endereço: Rua Begônia, 1019 – Bairro: Campina da Barra;

Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI - Tupi II

Endereço: Rua Antúrio, 1512 – Bairro: Campina da Barra;

Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Vila Angélica

Endereço: Av. das Araucárias, 3110 – Bairro: Thomaz Coelho.

### 3.6 GRÁFICO DAS CRIANÇAS INCLUÍDAS NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA NOS CMEI'S – PERÍODO JULHO DE 2004.

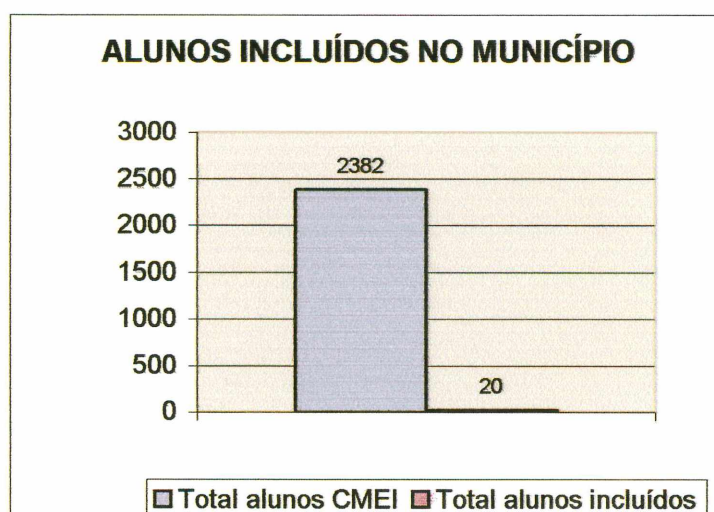


Figura 3 Alunos Incluídos no Município de Araucárias nos CMEI.'S

Fonte SMED

### 3.7 DEMONSTRATIVO DA REGIÃO LESTE

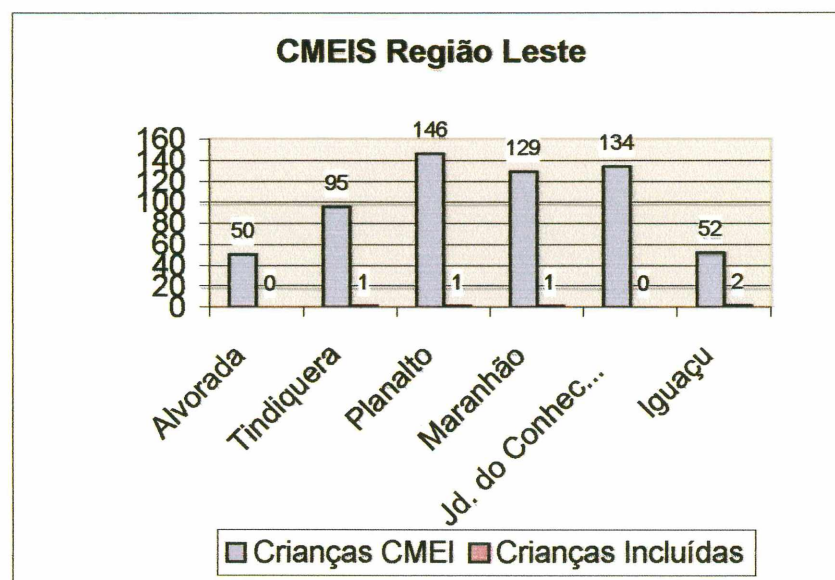


Figura 4 – CMEI's Região Leste

Fonte SMED

### 3.8 PERFIL DE CADA UNIDADE REFERENTE A REGIÃO LESTE A QUAL FOI OBJETO DE ESTUDO DESTA PESQUISA

#### 3.8.1 Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Alvorada

Endereço: Rua Rodrigo Pereira Gomes, 127.

Bairro: Alvorada – Araucária – PR

TELEFONE: 643-6369

O Centro Municipal de Educação Infantil Alvorada foi inaugurado dia 21/12/1991, tendo como sua autorização de funcionamento pela Resolução nº 4675, de 12/12/1996.

O CMEI Alvorada oferece atendimento de 0 à 06 anos, em período integral, iniciando suas atividades às 07:00 horas e encerrando às 18:00 horas, atendendo aproximadamente 42 crianças.

Com relação a equipe de profissionais, atualmente o CMEI conta com 01 Coordenadora, 04 Babás e 03 Serviços Gerais.

### **3.8.1.1 Perfil da Clientela**

As famílias atendidas no CMEI Alvorada em sua maioria, são do próprio bairro. São trabalhadores de baixa renda, que recebem até 03 salários mínimos. Das crianças matriculadas, aproximadamente 50% moram com pai e mãe, 48% só com a mãe, 1% avós e 1% somente com o pai. Em grande parte moram em até 5 pessoas em moradias pequenas, com quatro cômodos ou menos e geralmente alugados ou cedidos por parentes. No que diz respeito ao trabalho muitos tem emprego fixos, as mães geralmente trabalham como domésticas ou diaristas com a função de manter a casa. Notamos também que 5% de pais encontram-se desempregados. Temos na comunidade que utilizam o CMEI, duas pessoas com necessidades especiais mas, atendidas na Escola Especializada Joelma do Rocio Túlio. Destes casos, uma está incluída em período alternado neste. Pelo instrumento utilizado nas pesquisas junto as famílias, os dados comprovam que gostam de assistir televisão, geralmente no período noturno tendo como preferência os jornais e novelas. Lêem pouco, mas dizem importante este meio de comunicação. Os gêneros de leitura que despertam interesse são: romances, aventuras, comédias e revistas em quadrinhos.

Gostam do atendimento das funcionárias, da alimentação oferecida no CMEI e da limpeza. Como ponto negativo, não gostam do Espaço físico, insuficiente para atender as crianças que moram no bairro.

A comunidade espera que isto logo seja sanado com a construção de um CMEI Padrão, com salas espaçosas onde possam ser atendidas as crianças de acordo com sua faixa etária, banheiros, adaptados, solário, cozinha e refeitório

próprio, dispensas para materiais de limpeza e alimentação, uma área coberta para as atividades diferentes e culturais, inclusive em dias chuvosos. Quando isto acontecer será a concretização de um sonho antigo dos moradores da Jardim Alvorada.

O CMEI Alvorada atende crianças na faixa etária de 0 à 6 anos, especificado no quadro abaixo:

<b>TURNO (Período Integral)</b>	<b>TURMAS</b>	<b>NÚMERO DE ALUNOS</b>
Período Integral	Berçário	13
Período Integral	Maternal	06
Período Integral	Jardim I, II e III	23
<b>TOTAL</b>	<b>03</b>	<b>42</b>

Quadro 1: CMEI Alvorada

Fonte SMED

### 3.8.2 Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Iguaçu

Endereço: Rua Ceará, 15

Bairro: Iguaçu – Araucária – PR

Telefone: 552-1150

O Centro Municipal de Educação Infantil Iguaçu foi inaugurado dia 17/12/1988, tendo como sua autorização de funcionamento pela Resolução nº 928, de 13/04/1998.

O CMEI Iguaçu oferece atendimento de 0 à 06 anos, em período integral, iniciando suas atividades às 07:00 horas e encerrando às 18:00 horas, atendendo aproximadamente 51 crianças, sendo o porte desta instituição para atender 45 crianças.

Com relação a equipe de profissionais, atualmente o CMEI conta com 01 Coordenadora, 02 Professoras, 06 Babás e 02 Serviços Gerais.

### **3.8.2.1 Perfil da Clientela**

O CMEI Iguazu está localizado na Zona Urbana, onde a clientela atendida é de baixa renda, a maioria com emprego fixo, cuja renda varia de um a quatro salários que trabalham como diaristas, mensalistas ou empresas. O CMEI Iguazu atende também as crianças das proximidades: Shangrilá, Costeira, Tairá, Santa Regina Centro, Jardim Augusta, bem como as crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar e Assistentes Sociais.

Observamos que aproximadamente 79% das crianças vivem com pai e mãe, 8,3% das crianças vivem só com a mãe e 12% das crianças vivem com os avós, tios e outros. 100% da clientela possuem luz e água encanada e aproximadamente 50% possuem casa própria, 20% moram em casa alugada e 29% a casa é cedida por parentes ou amigos.

Os programas preferidos são de aproximadamente 50% novelas, 45% jornal e 20% programas infantis.

Quanto a importância da leitura 100% consideram importante sendo que 50% preferem poesias, 33% romance, 29% comédia, 25% história em quadrinhos e 20% aventura. Conhecer o perfil da clientela atendida servirá para direcionar o trabalho a ser desenvolvido.

O CMEI Iguazu atende crianças na faixa etária de 0 à 6 anos, especificado no quadro abaixo:

<b>TURNO (Período Integral)</b>	<b>TURMAS</b>	<b>NÚMERO DE ALUNOS</b>
Período Integral	Berçário	11
Período Integral	Maternal	15
Período Integral	Jardim I	10
Período Integral	Jardim II	06
Período Integral	Jardim III	09
<b>TOTAL</b>	<b>05</b>	<b>51</b>

Quadro 2: CMEI Iguaçú

Fonte: CMEI

### 3.8.3 Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Planalto

Endereço: Rua Antonio Mendes, 54.

Bairro: Jardim Planalto - Araucária

Telefone: 607-3534

O Centro Municipal de Educação Infantil Planalto foi inaugurado dia 19/09/2002.

O CMEI Planalto oferece atendimento de 0 à 06 anos, em período integral, iniciando suas atividades às 07:00 horas e encerrando às 18:00 horas, atendendo aproximadamente 134 crianças.

Com relação a equipe de profissionais, atualmente o CMEI conta com 01 Coordenadora, 02 Professoras, 11 Babás e 05 Serviços Gerais.

#### 3.8.3.1 Perfil da Clientela

A maioria das crianças desse CMEI são filhos de famílias de baixa renda as quais vieram dos bairros de Curitiba, Norte do Paraná...

Os responsáveis por essas famílias, na sua grande parte estão desempregados e outros com emprego temporário no setor informal.

O perfil cultural se restringe ao Jornal Nacional (Rede Globo e das novelas do SBT), onde buscam informações imediatas e as novelas são sua única fonte de lazer.

Nosso Bairro Planalto não possui áreas destinadas ao lazer, por esse motivo o grau de ociosidade é grande, gerando situações de violência e algumas vezes até mesmo a criminalidade, sendo que esses fatos acabam se refletindo no comportamento das crianças que atendemos, mas apesar de todas essas adversidades às crianças que freqüentam o CMEI, são extremamente carinhosos, produtivos, alegres, meigas. Desenvolvendo suas atividades do seu dia-a-dia de maneira dinâmica, organizada e com grande rendimento, o que deixa os profissionais, que aqui trabalham com grande motivação para ir em busca de melhor desempenho na sua função de educadoras.

O CMEI Planalto atende crianças na faixa etária de 0 à 6 anos, especificado no quadro a seguir:

<b>TURNO (Período Integral)</b>	<b>TURMAS</b>	<b>NÚMERO DE ALUNOS</b>
Período Integral	Berçário I	16
Período Integral	Berçário II	20
Período Integral	Maternal	26
Período Integral	Jardim I	25
Período Integral	Jardim II	28
Período Integral	Jardim III	25
<b>TOTAL</b>	<b>06</b>	<b>140</b>

Quadro 3: CMEI Planalto.

Fonte: CMEI

### 3.8.4 Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Maranhão

Endereço: Rua Francisco Drewniak, 60.

Bairro: Maranhão - Araucária

Telefone: 642-6090

O Centro Municipal de Educação Infantil Maranhão foi inaugurado dia 20/09/1992, tendo como sua autorização de funcionamento pela Resolução nº 2595, de 29/07/97.

O CMEI Maranhão oferece atendimento de 0 à 06 anos, em período integral, iniciando suas atividades às 07:00 horas e encerrando às 18:00 horas, atendendo aproximadamente 126 crianças.

Com relação a equipe de profissionais, atualmente o CMEI conta com 01 Coordenadora, 02 professoras, 12 Babás e 04 Serviços Gerais.

#### **3.8.4.1 Perfil da Clientela**

A clientela atendida no CMEI Maranhão, é de zona urbana abrangendo os bairros Planalto, Costeira, Jardim Norma e o próprio Maranhão, o nível econômico varia entre 2 a 4 salários mínimos mês, são crianças filhos da miscigenação brasileira, não existindo uma raça com maior predominância. Os pais são jovens e têm na maioria 1, 2 ou 3 filhos, poucos ultrapassam esta média.

A grande maioria vive em companhia dos pais, porém existem alguns filhos vivendo sob a responsabilidade só da mãe, com o pai ou avós é o mínimo.

Apesar de serem casais jovens, possuem casa própria, com 3 a 6 peças para 3 a 5 pessoas, a quase totalidade possui água encanada, rede de esgoto e rede elétrica.

No presente momento, após a pesquisa, levanto-se o seguinte dado, uma grande quantidade de pais, um só dos cônjuges está empregado, com trabalho fixo.

Um detalhe observado na questão com quem moram, a resposta foi com avós aposentados.

A saúde familiar pode-se observar que é boa, não possuem pessoas portadoras de necessidades especiais em grande número.

Pelo fato de trabalharem, o tempo livre para assistirem televisão é a noite, os programas que mais assistem vêm empatado, as novelas e jornal nacional, vindo depois desenho, esporte, encontrando os que não assistem por opção ou não possuem o aparelho em casa.

Um dado interessante, todos os pais acham de suma importância a leitura e grande parte deles têm este hábito. O gosto da maioria é poesia, romance, história em quadrinho e comédia.

Pesquisando junto aos pais o que eles mais gostam no CMEI, encontramos estas respostas, em primeiro lugar o cuidado, o bom atendimento, com respeito, responsabilidade e a boa alimentação. Alguns pais preferiram não opinar por abstenção e outros por serem recém chegados, alegando não terem muito conhecimento.

O que eles menos gostam é a falta de segurança, o CMEI dos sonhos seria um CMEI completo, com aula de dança, inglês, informática, biblioteca, espaço de lazer bem variado e colorido. Também encontramos pais na pesquisa que disseram que este CMEI, está ótimo, não precisa melhorar nada.

O motivo dos filhos estarem no CMEI é o trabalho ou a busca dele. A necessidade financeira se faz bem presente em nossa comunidade. Os pais mesmo jovens precisam deste local seguro para deixar seus filhos e trabalharem tranquilos e conseguirem uma estabilidade financeira para garantir o mínimo de conforto e direito como cidadãos brasileiros, previsto inclusive na *Constituição Federal*.

O CMEI Maranhão atende crianças na faixa etária de 0 à 6 anos, especificado no quadro abaixo:

<b>TURNO (Período Integral)</b>	<b>TURMAS</b>	<b>NÚMERO DE ALUNOS</b>
Período Integral	Berçário I	15
Período Integral	Berçário II	15
Período Integral	Maternal	24
Período Integral	Jardim I	26
Período Integral	Jardim II	23
Período Integral	Jardim III	23
<b>TOTAL</b>	<b>06</b>	<b>126</b>

Quadro 4: CMEI Maranhão.

Fonte: CMEI

### 3.8.5 Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Tindiquera

Endereço: Rua João Wolski, 90

Bairro: São Sebastião – Araucária – PR

Telefone: 642-0233

O Centro Municipal de Educação Infantil Tindiquera foi inaugurado dia 11/12/1997, tendo como sua autorização de funcionamento pela Resolução nº 261, de 25/01/1999.

O CMEI Tindiquera oferece atendimento de 0 à 06 anos, em período integral, iniciando suas atividades às 07:00 horas e encerrando às 18:00 horas, atendendo aproximadamente 100 crianças.

Com relação a equipe de profissionais, atualmente o CMEI conta com 01 Coordenadora, 02 Professoras, 08 Babás e 04 Serviços Gerais.

### 3.8.5.1 Perfil da Clientela

A clientela a qual o CMEI Tindiquera atende é urbana, as crianças matriculadas são moradoras do Bairro São Sebastião no qual o CMEI está situado, abrangendo os Bairros vizinhos: Conjunto Santa Regina, Conjunto Tayrá, Conjunto Maranhão e Jardim Norma.

O poder aquisitivo dos pais é de nível baixo, a maioria dos pais trabalham, por isso, necessitam do atendimento do CMEI.

A forma de lazer com maior índice são os programas de TV: Jornais e Novelas, assistidos geralmente no período da noite, após a jornada de trabalho.

Quanto as suas moradias são na maioria cedidas por amigos / parentes ou casa própria, possuindo água encanada da rede pública, esgoto, luz elétrica.

As famílias são na sua maioria compostas por um número grande de componentes (máximo 08 e mínimo 03) os quais possuem hábito de leitura.

O CMEI Tindiquera atende crianças na faixa etária de 0 à 6 anos, especificado no quadro seguinte:

<b>TURNO (Período Integral)</b>	<b>TURMAS</b>	<b>NÚMERO DE ALUNOS</b>
Período Integral	Berçário	16
Período Integral	Maternal	20
Período Integral	Jardim I	24
Período Integral	Jardim II	20
Período Integral	Jardim III	20
<b>TOTAL</b>	<b>05</b>	<b>100</b>

Quadro 5: CMEI Tindiquera  
Fonte: CMEI

### 3.8.6 Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Jardim do Conhecimento

Endereço: Rua São Vicente de Paula, 600

Bairro: Centro – Araucária – PR

O Centro Municipal de Educação Infantil Jardim do Conhecimento, criado de acordo com o Decreto Municipal N° 18.305/04, datado de 10 de Maio de 2004.

O CMEI Jardim do Conhecimento oferece atendimento de 0 à 06 anos, em período integral, iniciando suas atividades às 07:00 horas e encerrando às 18:00 horas, atendendo aproximadamente 140 crianças.

Com relação a equipe de profissionais, atualmente o CMEI Jardim do Conhecimento conta com 01 Coordenadora, 04 Professoras, 13 Babás e 05 Serviços Gerais.

#### 3.8.6.1 Perfil da Clientela

O CMEI Jardim do Conhecimento está localizado na Zona urbana do Município de Araucária – PR.

Tem capacidade para o atendimento de aproximadamente 140 crianças.

A clientela abrange filhos de funcionários da administração pública, filhos de professoras, filhos de funcionários do comércio e indústrias do Município, e também filhos de diaristas e mensalistas.

Atende a comunidade do centro do Município e também servimos aos moradores de bairros vizinhos que trabalham no centro de Araucária e outros na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), o que torna-se mais fácil, tomar o ônibus para ir trabalhar, após deixar os filhos no CMEI Jardim do Conhecimento. Estes vêm dos seguintes bairros: Jardim Iguaçu, Estação, Vila Nova, Jardim Califórnia, Costeira,

Tropical, Fonte Nova, Shangrilá, Thairá, Santa Regina, Jardim Alegre, Jardim Centenário, Botiatuva, etc.

Com respeito a saúde, a maioria possui convênios médicos, tais como: UNIMED, Gralha Azul, Paraná Clinica, Clinipan, Saúde Plus, etc, os demais são atendidos gratuitamente no Centro de Saúde de Araucária ou no Pronto Atendimento 24 Horas, o Núcleo Integrado de Saúde, ambos próximos ao CMEI.

As crianças se locomovem dos bairros para o CMEI Jardim do Conhecimento através de conduções particulares ou por meio de transporte escolar, fretado pelos pais ou responsáveis.

A maioria dos nossos alunos moram com os pais, em casa própria.

O CMEI Jardim do Conhecimento atende crianças na faixa etária de 0 à 6 anos, especificado no quadro a seguir:

<b>TURNO (Período Integral)</b>	<b>TURMAS</b>	<b>NÚMERO DE ALUNOS</b>
Período Integral	Berçário I	25
Período Integral	Berçário II	20
Período Integral	Maternal	25
Período Integral	Pré I	20
Período Integral	Pré II	25
Período Integral	Pré III	25
<b>TOTAL</b>	<b>06</b>	<b>140</b>

Quadro 6 : CMEI Jardim do conhecimento

Fonte: CMEI

## 4 PESQUISA DE CAMPO

### 4.1 INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA A PESQUISA DE CAMPO

#### 4.1.1 Instrumento de pesquisa para as educadoras e professoras

1). Na sua turma você possui um aluno incluído?

sim       não

2). Quantos alunos?

1       2       3       4 ou mais

3). Como é a sua prática pedagógica com ele?

Ora realiza atividades iguais aos demais

Ora realiza atividades diversificadas

Ora realiza atividades comuns a toda turma e concomitantemente a atividades diversificadas

4). Como é a participação dos alunos nas atividades diárias?

Participa

Não participa

Participa parcialmente

5). Você considera importante participar de assessoramentos sobre Educação Infantil ou Ensino Especial, assinale a alternativa:

- Somente na Educação Infantil
- Somente do Ensino Especial
- Da Educação Infantil e do Ensino Especial

6). Assinale os pontos positivos com relação ao aluno incluído:

- Consegue acompanhar o desenvolvimento integral da criança
- Há uma maior socialização com os demais alunos
- Proporciona maiores laços de afetividade
- Outros: \_\_\_\_\_

7). Assinale os pontos negativos com relação ao aluno incluído:

- Não percebe o desenvolvimento da criança
- Deixa a criança de lado por não conseguir entender a sua individualidade
- Não proporciona momentos de socialização
- Outros: \_\_\_\_\_

8). Como você considera a participação da família que possui filhos incluídos nos CMEI's em atividades promovidas pelo mesmo?

- Regular
- Boa
- Ótima

9). A criança incluída em sua sala de aula frequenta o CMEI durante:

- 4 horas
- 8 horas

4 horas no CMEI e mais 4 horas na Escola Especial ou Centro Auditivo ou Visual

10). Se a sua resposta foi 4 horas, o que a criança realiza em contra-turno?

CAEDV

CAEDA

Escola Especial

Outras: \_\_\_\_\_

11). Se esta criança é atendida integralmente no município, qual a relação entre você e os demais profissionais que atendem esta criança?

Se encontram freqüentemente para discutir sobre a criança

Nunca se encontra

Comunicam-se através de pareceres descritivos

Outros: \_\_\_\_\_

12). Como se dá a prática pedagógica para a diversidade?

Trabalho de forma individual, diante das necessidades dos alunos

Trabalho de maneira coletiva

Trabalho conforme as questões acima

13). Como você considera a participação da família que possui filhos incluídos nos CMEI em atividades promovidas pelos mesmos?

Regular

Boa

Ótima

14).Qual o nível de participação da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico e na tomada de decisões?

Participou       Não participou       Participou parcialmente

15).Avalie a estrutura física do CMEI para atendimento de criança incluída:

Boa       Regular       Ótima

Comente:\_\_\_\_\_

Essas são algumas das inquietações e dúvidas que os professores têm manifestado para as quais não temos ainda todas as respostas, mas juntos, talvez, possamos encontrar alguns caminhos para ações práticas que implementa em um projeto de educação verdadeiramente inclusivo.

Contamos com você!

#### 4.1.2 Instrumento de pesquisa para as coordenadoras

1). O que significa educação para todos?

sim       não

2). Como você considera a participação da família que possui filhos incluídos nos CMEI's em atividades promovidas pelos mesmos?

Regular       Boa       Ótima

3).Qual o nível de participação da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico e na tomada de decisões?

Participou       Não participou       Participou parcialmente

4). Avalie a estrutura física do CMEI para atendimento de criança incluída:

( ) Boa                      ( ) Regular                      ( ) Ótima

Comente:

---

Essas são algumas das inquietações e dúvidas que os professores têm manifestado para as quais não temos ainda todas as respostas, mas juntos, talvez, possamos encontrar alguns caminhos para ações práticas que implementa em um projeto de educação verdadeiramente inclusivo.

#### 4.2 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.2.1 Os dados, obtidos com os formulários, receberam um tratamento estatístico antes de serem interpretados e organizados em quadros e tabelas.

#### QUADRO 7 –TURMAS QUÊ POSSUEM ALUNOS INCLUÍDOS

<b>Sim</b>	<b>Não</b>
80%	20%

FONTE: Pesquisa de Campo

A maioria das respostas foi positiva, com 80% dos entrevistados optando pelo sim. Para esta parcela de entrevistados que respondeu sim foi perguntado o número de alunos e todos responderam um aluno.

Com relação a prática pedagógica com estes alunos, enfatizaram que ora realizam atividades iguais aos demais (30%) e ora realizam atividades comuns a toda turma e concomitantemente a atividades diversificadas (70%).

#### QUADRO 8 -PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS INCLUÍDOS

<b>Participa</b>	<b>Participa parcialmente</b>	<b>Não participa</b>
50%	30%	20%

FONTE: Pesquisa de campo

#### QUADRO 9– IMPORTÂNCIA DOS ASSESSORAMENTOS

<b>Sim</b>	<b>Não</b>
100%	0%

FONTE: Pesquisa de campo

#### QUADRO 10 – COMO É A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA DE ALUNOS INCLUÍDOS

<b>Regular</b>	<b>Boa</b>	<b>Ótima</b>
20%	60%	20%

FONTE: Pesquisa de campo

#### QUADRO 11 – TEMPO QUE A CRIANÇA INCLUÍDA FICA NO CMEI

Percebeu-se nas respostas desta questão que quase a totalidade dos alunos ficam 4 horas (80%) e o restante ficam 8 horas (20%). Dos alunos que ficam somente 4 horas no CMEI perguntou-se quais outras atividades são realizadas no contra-turno e as respostas foram CAEDA (20%) e todas as outras respostas foram somente escola especial (80%).

**QUADRO 12- ESTRUTURA FÍSICA DO CMEI PARA ATENDIMENTO**

<b>Regular</b>	<b>Boa</b>	<b>Ótima</b>
70%	30%	0%

FONTE: Pesquisa de campo

**4.2.2 Os Dados obtidos em questões abertas estão sendo reproduzidos fielmente:**

- Igualdade com profissional para o aluno incluído;
- Educação para todos, deveria ser realmente para todos, inclusos ou não;
- Uma educação de qualidade para todos, atendendo as necessidades individuais;
- Uma educação com igualdade social;
- Educação para todos com igualdades de direitos;
- Uma educação para todos é aquela que atende todas as necessidades individuais e coletiva dos educandos.

## CONCLUSÃO

Aqui consegue-se apresentar algumas considerações finais da referida pesquisa.

Com relação ao município cabe melhorar a infra-estrutura dos Centros Municipais de Educação Infantil e também o que ficou evidente é a necessidade de assessoramentos relacionados a inclusão destas crianças ou melhor se faz necessário ampliar a formação de recursos humanos. Percebe-se ainda que quanto mais se investe melhor é a qualidade educacional para a vida escolar destas crianças e quando mais cedo forem detectadas as síndromes, as dificuldades, mais fácil será o atendimento. Pois acredito em educação para todos, uma educação igual para todos e oportunidades reais de aprendizagem.

Faz-se necessário também o acompanhamento com as famílias, utilizando as sessões de orientação familiar para abordar qual a melhor maneira para trabalhar com estas crianças.

É claro que tudo isso se faz necessário e ainda a organizações de parcerias resultantes de planejamentos conjuntos e a organização de programas a respeito de educação inclusiva, pois é um caminho inevitável, mas principalmente que precisa é a consciência entre governantes para que o repasse de verbas consiga atender as necessidades que o sistema Especial Educacional vem enfrentando.

Embora, percebe-se que Araucária vem tendo um avanço bem significativo, pois a Secretária Municipal de Educação tem inovado muito a Educação Especial atendendo as crianças em Escolas Especiais, classes Especiais, Salas de Recursos para trabalhar as dificuldades de aprendizagem e o comportamento. Mas percebo que ainda não é suficiente é preciso buscar sempre mais no se refere a Educação

Especial, pois a Educação Inclusiva é atualmente um dos maiores desafios do sistema educacional, minhas análises assumem um caráter de responsabilidades. Não exponho as críticas como um fim em si, mas um desejo de educadores vinculados à educação, bem como a todos que se preocupam com o tema da inclusão social em nossa realidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 8.069. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, Lei nº 9394/96. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**.

Deliberação nº 003/99 do **Conselho Estadual da Educação**.

**Declaração de Salamanca**.

Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial – **Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade** – vol. 1, 2, 3, 4.

Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial – **Saberes e Práticas da Inclusão** – vol. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9.

**PCN**. Brasil, Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC / SEF, 1998 (p.123 a 128).

**Perfil Municipal de Araucária**, 2003.

**Planos Curriculares do Município de Araucária**, 1993.

**Referencial Curricular para a Educação Infantil**.

**Referenciais para a Construção de Sistemas Educacionais Inclusivos** – Mec – Brasília, 2004.

SAVIANI, Demerval. **Natureza e especificidade da Educação**. Pedagogia Histórico – Crítica – primeiras aproximações, São Paulo, Cortez, 1992, p 15-23.

VYGOTSKY, L. S. **O desenvolvimento dos conceitos científicos na infância**. In. Pensamento e Linguagem. São Paulo, Martins Fontes. 1984, p. 71-101.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**, São Paulo. Martins Fontes, 1994.